

Sob o ⁹⁴olhar do Grande Irmão

■ Recursos eletrônicos ajudam o Estado a fiscalizar seus cidadãos e emprestam à democracia britânica um sombrio manto totalitário

Dura Tora Humana

NELSON FRANCO JOBIM
Correspondente

LONDRES — Nesta era eletrônica, as paredes têm olhos enrustidos em microcâmeras, os telefones podem ser ouvidos, os e-mails abertos e até os passos do cidadão podem ser controlados pelo movimento do telefone celular. George Orwell tinha razão: em 1998, mais do que em 1984, o Grande Irmão está em toda a parte e em todo o lugar, como um deus cibernético. A organização legal de defesa dos direitos humanos Justice, seção britânica da Comissão Internacional de Juristas, está denunciando que o uso da moderna tecnologia de espionagem, a interceptação de comunicações pessoais e o emprego de informantes pela polícia estão saindo do controle e são uma ameaça sem precedentes à privacidade e à liberdade individual.

Este novo Estado policial está sendo criado pela realização cada vez maior de "operações ativas" de busca de informações e pela aplicação entusiástica e acrítica, pelos diferentes ministérios do governo britânico, das novidades tecnológicas. Os olhos e tentáculos do Grande Irmão crescem na velocidade do desenvolvimento tecnológico no setor de espionagem. Com o fim da Guerra Fria, a espionagem passou para o setor industrial e para o combate ao crime. Os deputados que fazem as leis ou não entendem as novas tecnologias ou não compreendem seu significado, observam os juristas.

Uma prova concreta do inchaço dos arquivos dos órgãos de segurança é o fabuloso volume de dados e nomes. O total de indivíduos fichados é de 200 a 300 mil e as promessas de transparência e prestação de contas do governo Tony Blair não foram até aí. Pelos dados do relatório, a polícia da Grande Manchester, por exemplo, tem 50 bancos de dados diferentes, com um total de 10 milhões de registros.

Em Hampshire, a polícia tem registros de 80 mil de um total de 2 milhões de habitantes (4%). Ao todo, os computadores da Scotland Yard têm 55 milhões de registros policiais. A Unidade do Futebol do Serviço Nacional de Informações Criminais tem fichas de 6 mil suspeitos de *hooliganismo*. O sistema de informações do Acordo de Schengen, que abole os controles de fronteiras entre vários países europeus, originalmente planejava ter registros sobre 800 mil pessoas. No final do ano passado, tinha 3,5 milhões de pessoas em seus arquivos, aos quais tinham acesso 7 mil funcionários.

O último relatório anual do lorde Richard Nolan, juiz superior sobre escuta telefônica

revelou que o ministro do Interior a autorizou 1.391 vezes, 25% a mais do que no ano anterior. No início deste ano, a escuta continuou crescendo. A única justificativa, além de terrorismo e espionagem, é "crime grave", o que é um conceito amplo. Cada autorização do ministro vale para toda a operação, que pode incluir o grampoamento não só do telefone do suspeito ou suspeitos, mas de parentes, amigos e colegas.

A Lei de Interceptação de Comunicações só se aplica à telefonia fixa. Os celulares e o correio eletrônico são regidos por um acordo negociado pela União Européia, Austrália e Canadá. Ele obriga os provedores do serviço a abrir o e-mail ou localizar o cidadão através do telefone celular. Essa lei foi aprovada

sem qualquer debate pelo Parlamento Britânico, diz o relatório da Justice. A lei não restringe o acesso da polícia e outros órgãos aos nomes e endereços dos números discados por uma pessoa vigiada.

Cada vez mais as pessoas se vêem vigiadas por microcâmeras e circuitos internos de televisão. É mais do que simplesmente uma arma para reduzir a criminalidade. É algo que permite assistir ao que as pessoas estão fazendo em locais públicos. Isto levanta questões sobre privacidade e, indiretamente, sobre o direito de ir e vir e a liberdade de reunião. Muitas pessoas não querem ser observadas, o que certamente aumenta o efeito calafrio que restringe até as atividades inteiramente legais.

A tecnologia está evoluindo para permitir o

reconhecimento facial de imagens borradas. Tanto a polícia quanto o serviço secreto ou a alfândega usam informantes, inclusive delinquentes juvenis. Entre 1978 e 1995, mais de 700 informantes e suas famílias ganharam novas identidades e alguns, casas nos Estados Unidos e na Austrália.

Com um volume tão grande de dados sobre o indivíduo em diferentes órgãos do Estado, o risco de reuni-los é muito grande, advertiu o juiz superior Lorde Nicholas Browne-Wilkinson: "Se a informação obtida pela polícia, o imposto de renda, a previdência social, o serviço nacional de saúde e outras agências forem reunidos num arquivo único, a liberdade do indivíduo estará sob grave risco. Um dossiê com informações

privadas é a marca do Estado totalitário."

Lorde Browne-Wilkinson reage à Lei de Administração da Seguridade Social. Para combater as fraudes previdenciárias, esta lei autorizou a troca de informações entre os diferentes órgãos do governo britânico. Na semana passada, a comissária para proteção dos bancos de dados, Elizabeth France, protestou contra as pressões de algumas autoridades locais para que empregadores revelassem os salários de seus funcionários: "Cruzamentos de dados por atacado são uma grande invasão da privacidade individual."

Pior ainda, segundo o relatório, é o volume de dados de confiabilidade duvidosa que os serviços de segurança recolhem. "Não há orientação sobre o que fazer com informações obtidas através de um informante ou de uma operação secreta considerada injusta ou ilegal. As operações de vigilância sempre resultam numa quantidade indiscriminada de dados pessoais."

Outro furo legal que permite abusos do Grande Irmão é a convenção da Europol, a polícia da União Européia. A Europol pode manter fichas sobre "contatos ou associados de suspeitos, testemunhas, informantes e vítimas em potencial; os dados podem incluir detalhes pessoais, informações financeiras, comportamento e estilo de vida, inclusive abuso de drogas". Se o serviço de contra-espionagem MI5 passar a combater o crime, como querem certos setores, especialmente conservadores, haverá cada vez mais testemunhas anônimas nos tribunais e o direito a um julgamento justo e imparcial, garantido pela Convenção Européia de Direitos Humanos, estará ameaçado, alertam os juristas britânicos.

As propostas do relatório são: submeter o serviço secreto aos códigos de conduta da polícia; estabelecer as condições legais para o uso de informantes; aumentar os poderes da comissária de proteção dos dados; e criar regras para revelar as informações obtidas em operações sigilosas. Como declarou ao jornal *The Guardian* Madeleine Colvin, diretora de política legal da Justice e autora do relatório: "não se trata de uma briga boba por liberdades civis. As operações policiais secretas são necessárias. Mas no momento não há prestação de contas adequada".

Em vez do Grande Irmão e seus fiéis agentes ficarem coletando dados sobre pessoas inocentes, sugere a Justice, talvez esteja na hora de a Grã-Bretanha introduzir a carteira de identidade, criando um arquivo nacional com dados fornecidos pelos cidadãos que quiserem se identificar.